



PARTE B

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho (extrato) n.º 6188/2019

Nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, por despacho do Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, de 29 de maio de 2019, foram nomeados para exercerem funções no Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, com efeitos a partir do dia 1 de junho de 2019:

Assessor

Licenciado Luís Carlos de Bernardes Rebelo

Motorista

Vitor Rafael dos Santos Mendes

17 de junho de 2019. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.
312382392

Despacho (extrato) n.º 6189/2019

Por despacho do Deputado (não inscrito) Paulo Trigo Cortez Pereira, de 11 de junho de 2019, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de

Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, são nomeados os seguintes assessores:

Doutor José Ricardo Borges Alves, com efeitos a partir do dia 1 de junho de 2019.

Dr. Luís Filipe Mota Almeida, com efeitos a partir do dia 15 de agosto de 2019.

17 de junho de 2019. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

312382587

Despacho (extrato) n.º 6190/2019

Por despacho do Presidente do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, de 6 de junho de 2019, nos termos do n.º 6 do artigo 46.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, cessou funções no Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, com efeitos a partir do dia 1 de junho de 2019, inclusive:

Ricardo Silva Vicente, do cargo de assistente parlamentar.

18 de junho de 2019. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

312383794



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género

Aviso n.º 11094/2019

A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género pretende proceder ao preenchimento de um posto de trabalho na carreira de técnico superior, por recurso à mobilidade de trabalhador (a), nos termos do disposto nos artigos 92.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 junho, para o exercício de funções no Núcleo para a Promoção da Cidadania e Igualdade de Género.

A presente oferta de emprego e os requisitos a observar na respetiva candidatura, serão publicados na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), no 1.º dia útil seguinte à publicação do presente aviso.

27 de junho de 2019. — O Vice-Presidente, *Carlos Duarte*.
312404667

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Declaração de Retificação n.º 568/2019

Por ter sido publicado com inexatidão, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 14 de junho, o Despacho (extrato) n.º 5657/2019, retifica-se que onde se lê «seja exonerada do cargo de Chefe de Divisão de Assuntos Institucionais, integrado na Direção de Serviços de Assuntos Institucionais da Direção-Geral de Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros» deve ler-se «seja exonerada do cargo de Chefe de Divisão da Organização do Tratado do Atlântico Norte, integrado na Direção de Serviços para os Assuntos de Segurança e de Defesa da Direção-Geral de Política Externa, do Ministério dos Negócios Estran-

geiros, para o qual foi nomeada pelo Despacho (extrato) n.º 6461/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 143, de 26 de julho».

18 de junho de 2019. — A Diretora Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Maria da Luz Andrade*.

312385568

Despacho (extrato) n.º 6191/2019

1 — Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 11 de junho de 2019, nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2011, de 26 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 118/2012, de 15 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 116/2015, de 23 de junho, foi determinada a cessação da comissão de serviço de Jorge Manuel Martins Borrego, pelo decurso da sua duração máxima, no cargo de conselheiro técnico principal junto do Consulado-Geral de Portugal em Barcelona, com produção de efeitos a 30 de junho de 2019.

2 — Determina-se ainda, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 11.º do referido Decreto-Lei n.º 127/2010, de 30 de novembro, que a data efetiva de saída de Jorge Manuel Martins Borrego seja a 31 de agosto de 2019.

18 de junho de 2019. — A Diretora Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Maria da Luz Andrade*.

312386401

Despacho (extrato) n.º 6192/2019

Considerando que os cargos de direção intermédia de 1.º grau são recrutados por procedimento concursal, nos termos dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto e pela Lei n.º 128/2015, de entre trabalhadores em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e

aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam seis anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;

Considerando que a trabalhadora Regina Maria Padeira Quelhas Lima, reúne todos os requisitos legais de provimento no cargo;

Considerando que foram cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal tendente ao provimento do cargo de Diretor de Serviços do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) da Direção-Geral dos Assuntos Europeus;

Considerando que, ponderados os resultados do procedimento concursal, o júri considerou que a candidata, Regina Maria Padeira Quelhas Lima, reúne todas as condições para o exercício do cargo, recaindo sobre ela a sua escolha;

Por despacho do Secretário-Geral Adjunto do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 6 de junho de 2019:

1 — Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 21.º da Lei acima citada, foi designada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável, por iguais períodos de tempo, no cargo de Diretor de Serviços do Centro de Informação Europeia Jacques Delors (CIEJD) da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, Regina Maria Padeira Quelhas Lima, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — O referido despacho produz efeitos no dia seguinte à data da sua publicação no *Diário da República*.

ANEXO

Nota curricular

Regina Quelhas Lima

Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (1978/1984).

Pós-Graduação em Estudos Europeus (Dominante Jurídica) pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (1984/1985).

Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP) pelo Instituto Nacional de Administração (2010).

Experiência Profissional:

Desde agosto 2018 — Diretora de Serviços, em regime de substituição, do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Agosto de 2015/agosto 2018 — Conselheira Técnica para a área Jurídica na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), em Bruxelas.

Janeiro de 2005/agosto de 2015 — Diretora de Serviços das Questões da Justiça e dos Assuntos Internos da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Janeiro de 2003/janeiro de 2005 — Diretora de Serviços dos Assuntos da União Europeia do Gabinete para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais do Ministério da Segurança Social, da Família e da Criança.

Abril de 2002/janeiro de 2003 — Assessora do quadro de pessoal da Direção-Geral dos Assuntos Comunitários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Direção de Serviços do Mercado Interno.

Janeiro de 1993/abril de 2002 — Adjunta no Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, no Ministério dos Negócios Estrangeiros.

1987/92 — técnica superior da Direção-Geral das Comunidades Europeias do Ministério dos Negócios Estrangeiros, na Direção de Serviços do Mercado Interno.

1987/90 — Monitora na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

1986/96 — Advogada pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.

Outras atividades:

Formadora na área do direito europeu em cursos e ações de formação profissional dirigidos à Administração Pública portuguesa.

Bolsista do “Marshall Memorial Fellowship Program” do “The German Marshall Fund of the US” (1995).

Consultora da Comissão das Comunidades Europeias para a realização de ações de sensibilização em Portugal sobre o regime comunitário dos “Contratos Públicos” (1989/1993).

Estagiária na Comissão das Comunidades Europeias na Direção-Geral do Mercado Interno e Assuntos Industriais — DG III (1989).

18 de junho de 2019. — A Diretora-Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Maria da Luz Andrade*.

312386378

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, FINANÇAS E ADJUNTO E ECONOMIA

Gabinetes dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, Finanças e Adjunto e da Economia

Despacho n.º 6193/2019

No âmbito dos Programas Internacionalizar e Capitalizar, o Governo criou com o Decreto-Lei n.º 68/2018, de 17 de agosto, o «Fundo de Fundos para a Internacionalização» (FFI), através do qual se pretendeu alavancar fundos que, em regime de coinvestimento, com investidores institucionais, públicos e privados, permitam apoiar e desenvolver projetos e iniciativas de internacionalização da economia e das empresas portuguesas.

A constituição deste fundo resultou de uma necessidade há muito identificada, mas também de uma oportunidade que urgia aproveitar, atendendo às fortes limitações nos apoios financeiros públicos ao investimento português no estrangeiro, nomeadamente em economias onde existe elevado potencial de investimento, mas onde o acesso das empresas nacionais é reduzido. É, também, uma oportunidade diretamente associada ao interesse crescente que investidores internacionais, privados e públicos, têm vindo a mostrar em projetos de investimento das nossas empresas, em Portugal e no estrangeiro.

De acordo com o disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 68/2018, de 17 de agosto, constituem órgãos do FFI um Fiscal Único e um Conselho Geral, composto por um presidente, um representante de cada entidade pública que invista no Fundo, um representante da entidade gestora, um representante da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e um representante da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

No âmbito do Conselho Geral do FFI, encontra-se previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 68/2018, de 17 de agosto, que o Presidente do Conselho Geral do FFI será designado pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas dos negócios estrangeiros, das finanças e da economia.

Assim, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 68/2018, de 17 de agosto, designa-se para o exercício do mandato de Presidente do Conselho Geral do FFI para o período 2019-2021 a Professora Doutora Ana Teresa Lehmann, atenta a sua vasta experiência e currículo profissional nas áreas de intervenção do FFI, conforme nota curricular em anexo.

28 de junho de 2019. — O Ministro dos Negócios Estrangeiros, *Augusto Ernesto Santos Silva*. — O Ministro das Finanças, *Mário José Gomes de Freitas Centeno*. — O Ministro Adjunto e da Economia, *Pedro Gramaxo de Carvalho Siza Vieira*.

ANEXO

1 — Dados pessoais

Nome completo: Ana Teresa Cunha de Pinho Tavares Lehmann

Data de nascimento: 15 de abril de 1972

Nacionalidade: Portuguesa

2 — Habilitações académicas

2001: Doctor of Philosophy in Economics, Department of Economics, University of Reading

1997: Master of Science in International Business and Economic Integration, University of Reading

1995: Licenciatura em Gestão, Faculdade de Economia da Universidade do Porto

3 — Experiência profissional

Desde 1995: Docente e investigadora na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Agrupamento Científico de Economia — na área da Economia Internacional;

2006-presente: Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Agrupamento Científico de Economia

Desde 1995: Consultora de organizações e governos internacionais na área do Investimento Direto Estrangeiro, Internacionalização de Empresas, Inovação e Políticas Públicas

2019-presente: Presidente do Comité de Investimentos do Fundo para a Inovação Social

2017-2018: Secretária de Estado da Indústria, XXI Governo Constitucional

2014-2017: Diretora, InvestPorto